



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS NO CABULA: DOS INDÍCIOS DA PRESENÇA INDÍGENA AOS ARRAIAIS QUILOMBOLAS

Luciana Conceição de Almeida Martins
André de Almeida Rego

Introdução

O Turismo de base comunitária (TBC) tem por princípio a participação ativa da comunidade na oferta dos produtos e serviços para turistas e visitantes (NASCIMENTO, 2008). Os pilares dessa forma de organizar o turismo são a sustentabilidade, economia solidária, cooperativismo e autogestão (ALVES, 2013). Suas principais características são a valorização das vivências dos sujeitos locais, dos seus saberes tradicionais, da cultura, do sentimento de pertencimento, da memória coletiva e dos patrimônios em geral, que expressam o âmago da comunidade em sua práxis. Não obstante, o turismo de base comunitária fortalece a história local, no momento em que o olhar para si instiga a necessidade da comunidade em ampliar conhecimentos sobre si, e até difundirlos. Isso possibilita construções e destaques de atrativos como localidades, objetos, pessoas, eventos, produções artesanais e outros capazes de motivar o interesse de turistas e visitantes para localidades que não se encontram no roteiro do turismo convencional.

A experiência em atuar no projeto do TBC do Cabula e entorno oportunizou o mergulhar em histórias impactantes de constituição de uma localidade por meio de atos de resistência. Essa experiência teve início com as rodas de conversas nas comunidades do Cabula, organizadas aos sábados, e que visavam explicar o cerne da proposta do projeto e fazer a escuta dos residentes da localidade sobre seus destaques no âmbito comunitário.

O diagnóstico foi que as comunidades fizeram relatos importantes sobre suas impressões históricas do local, mas desconexos com um contexto mais amplo e consistente, isto é, os aspectos históricos apareceram fragmentados nas falas e experiências dos indivíduos que são os protagonistas. Além disso, raros foram os registros difundidos sobre o saber coletivo, embora tenha ocorrido um considerável aumento de estudos sobre a localidade do Cabula nos últimos anos. Diante dessa constatação, chegamos ao problema de pesquisa que diz respeito à carência de



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

investigações e análises sobre os bairros históricos e periféricos no período colonial e imperial que estavam situados no entorno do antigo centro urbanizado da Cidade do Salvador, em especial, os que apresentam concretas raízes do processo de ocupação e resistência de povos indígenas e negros. Vale destacar que o conhecimento compartilhado da comunidade instigou a formulação de um problema para submissão ao doutoramento em difusão do conhecimento, o que, posteriormente, culminou com a tese de doutorado “História Pública do Quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária”, defendida no ano de 2017 (MARTINS, 2017). É justamente um trecho deste vasto estudo que será aqui sistematizado.

Face ao exposto, o objetivo deste capítulo é instigar à reflexão sobre as primeiras ocupações da localidade do Cabula, a fim de auxiliar na composição da memória local, para contribuir com a conscientização dos habitantes do bairro sobre sua importância e significação histórica. Nessa perspectiva buscaremos, inicialmente, problematizar sobre os indícios de ocupação da área do Cabula por grupos indígenas, dando prosseguimento, trabalharemos os ajuntamentos de negros que deram origem aos antigos quilombos do Cabula e, na sequência, ao quilombo do Urubu. Para finalizar, trataremos brevemente da desarticulação das comunidades quilombolas e nova reestruturação da área a partir do loteamento em roças e fazendas de pequenos e médios proprietários de terras.

Historicidade e indícios sobre as primeiras ocupações da área do Cabula

Para entender como ocorreram as primeiras ocupações da grande área do histórico bairro do Cabula, faz-se necessário um recuo temporal no contexto histórico, pois, como parte dos subúrbios do núcleo habitacional soteropolitano durante os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e primeira metade do XX, sua ocupação inicial é fruto da expansão e acirramento do processo de colonização lusitana e, portanto, há relação direta entre as etapas da colonização e indícios dos deslocamentos dos primeiros povos indígenas para o trecho norte da Cidade do Salvador (MARTINS, 2017).



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Para iniciar, buscaremos compreender os meandros das tentativas de colonização. Assim, a primeira tentativa de ocupação lusitana no Brasil, especificamente na Bahia, por meio da organização territorial em capitânicas hereditárias e sistema de distribuição de sesmarias, não foi efetiva, fracassando em muitas regiões, sendo a resistência dos diversos povos ameríndios um dos fatores centrais para o insucesso da implantação de diversas capitânicas hereditárias (AZEVEDO, 1969).

Com o fracasso dessa primeira tentativa de ocupação das terras do Brasil, em função da forte resistência dos povos indígenas e da ineficácia administrativa de muitos capitães donatários, dentre eles Francisco Pereira Coutinho, da Bahia, a coroa portuguesa decide modificar a modalidade de povoamento e, em uma segunda tentativa, como uma ação de reforço às capitânicas que conseguiram resistir, a coroa lusitana decide colonizar com uma nova estrutura administrativa, nos moldes do sistema de governo geral, no ano de 1549 (AZEVEDO, 1969). Essa retomada da ocupação apresentou mais preparo e planejamento estratégico dos colonizadores, que foram balizados pelo regimento de Tomé de Souza, fonte histórica muito utilizada pelos historiadores para compreender o período.

A implantação do governo geral na Capitania da Bahia, implementou um aparato administrativo que visou a centralização do poder, sendo representado pela figura do governador geral e de poderes auxiliares destinados à segurança – capitão-mor; à justiça – Ouvidor-mor e à fazenda – provedor-mor. Além disso, seriam criadas câmaras municipais nas vilas e povoados, a fim de auxiliar o governador nos assuntos mais específicos das localidades.

Como principal desafio, o primeiro governador geral, Tomé de Souza, recebeu a missão de construir a primeira cidade do Brasil, a cidade de São Salvador, mas também de pacificar as relações entre colonos e os povos originários. Para tal, trouxe padres da Companhia de Jesus – Jesuítas, com função de realizar missões de catequização por meio de incursões na extensa área da colônia, objetivando difundir a fé cristã e ensinar a noção eurocêntrica de civilidade (SANTOS, 2016). Não obstante, os jesuítas reforçaram a política colonizadora.

O Regimento de Tomé de Sousa lançou as bases para a política indigenista da Coroa Portuguesa, cujo princípio cabal era a guerra “justa” aos índios hostis e aliança e catequização em



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

aldeamentos para os considerados não-hostis. Essa política – atualizada a partir de então – viabilizou a conquista e colonização através da violência e subjugação de diversos grupos indígenas, mas também se assentando na aliança com diversos outros povos indígenas, estratégia sem a qual o empreendimento português sucumbiria.

Tomé de Sousa também realizou distribuição de terras aos colonos que vieram com sua armada e a alguns nobres que permaneceram na corte portuguesa (TEIXEIRA, 1978). É neste contexto dos ajustes da colonização, que emergem os primeiros indícios da ocupação da localidade do Cabula.

Grande parte das terras que atualmente são consideradas como Miolo da cidade do Salvador, nos Períodos Colonial e Imperial, passou a chamar-se genericamente por Cabula (FERNANDES, 2004). No âmbito burocrático, a doação dessas terras do Cabula foi realizada por Tomé de Souza ao seu primo e protetor D. Antônio de Atayde (I Conde de Castanheira). O benefício significou um ato de retribuição do governador ao conde que o indicou ao cargo de governador geral do Brasil. Posteriormente, as terras foram herdadas pelos seus descendentes e passaram a pertencer a D. Eugênia Maria Josefa Xavier Telles Castro da Gama Ataíde Noronha Silveira e Souza, a VII marquesa de Niza. (VASCONCELOS, 2002).

Sabemos que o processo de fragmentação e doações de terras às famílias nobres da metrópole lusitana foi uma prática comum no Período Colonial, seguindo a lógica da camada hegemônica. Sendo assim, as terras do interior da Bahia estavam compartimentadas entre os descendentes de duas famílias portuguesas de renome, a Casa da Ponte e Casa da Torre.

As terras localizadas no entorno do antigo núcleo urbano da cidade de Salvador também foram doadas e, o principal favorecido foi à Casa de Niza, ou seja, título nobiliárquico dos descendentes de D. Vasco Luiz da Gama, conquistador lusitano (SOUSA, 1755). Além das terras do Cabula, a VII marquesa de Niza recebeu terras em Itaparica e ilhas do entorno, Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, dentre outras localidades (TEIXEIRA, 1978) que, posteriormente, no ano de 1839, vendeu para um importante e rico latifundiário urbano, conforme será discutido mais adiante.

Ainda que as terras do Cabula tenham pertencido à referida família nobre, não há indícios que comprovam a efetiva ocupação e utilização do solo pelos membros dessa família. Pelo



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

contrário, foi uma herança administrada à distância, por meio de representantes e procuradores (TEIXEIRA, 1978). Não por acaso, a ausência de fiscalização e má administração na perspectiva senhorial dessas terras da casa de Niza, fez com que essas localidades periféricas fossem ocupadas pelas camadas subjugadas e mais pobres da cidade, como povos indígenas, pequenos agricultores e negros libertos. No caso específico do Cabula, a área estava localizada a pouco mais que cinco quilômetros do primeiro núcleo urbano de Salvador e mais ou menos com a mesma distância da Baía de Todos os Santos. Era considerada pelos portugueses como uma localidade inóspita com colinas e morros elevados, originalmente com mata atlântica fechada, rios e pântanos (MARTINS, 2017).

No âmbito da efetiva ocupação, grupos indígenas Tupinambás viveram na localidade, sendo os primeiros habitantes. Ao trabalhar a presença indígena na construção da cidade do Salvador, a historiadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2011) sugere que algumas aldeias indígenas no século XVI podem ter fornecido mão de obra para a construção da cidade. Dentre essas, são identificadas cinco entre as localidades de Brotas e Cabula (PARAÍSO, 2011).

Em um estudo cuidadoso, a pesquisadora Ivana Carolina Alves da Silva Souza (2018) problematizou sobre o legado Tupinambá no Cabula, apresentando alguns indícios da existência desses grupos no local, inferindo que, com o processo de expansão populacional e de exploração territorial urbana, é possível que grupos nativos tivessem buscado refúgio em áreas que oferecessem recursos naturais favoráveis, como a área do Cabula. Para melhor fundamentar seu argumento, a partir fontes orais, a pesquisadora afirma que:

Essa suposição, ainda encontra respaldo nos relatos de antigos moradores do Cabula e entorno que revelam a presença de vestígios da cultura indígena na localidade, encontrados nas escavações realizadas em seus terrenos particulares, conforme destacado por um antigo comerciante do bairro de Pernambués em roda de conversa realizada em novembro de 2015 (SOUZA, 2018, p. 47).

Outras referências e indícios sobre a organização de agrupamentos indígenas e sua atuação na localidade do Cabula, por meio de pesquisas documentais mais aprofundadas, poderão ser realizadas futuramente. De acordo com os dados que nos são apresentados, nota-se que são raros os registros historiográficos sobre a presença indígena na grande área do Cabula, isso nos conduz a



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

conjecturar sobre os silenciamentos da história. Concordando com Ivana Souza (2018), ressalta-se a dificuldade em identificar fontes documentais relacionadas à presença desses povos nesta área. Em geral, as fontes disponíveis nos arquivos e nos relatos de religiosos da Companhia de Jesus são mais voltadas para os grupos indígenas que obtiveram contato com os brancos, formando assim, paulatinamente, os aldeamentos sob a responsabilidade de missionários jesuítas. Tais aldeamentos do período colonial estavam mais próximos ao núcleo urbano ou em áreas distantes, mas litorâneas. Neste sentido, o atual Miolo da cidade foi pouco explorado nas pesquisas. Além disto, o estado de conservação dos documentos do século XVI, XVII e XVIII, bem como a grafia da época, dificulta a leitura e apropriação dos pesquisadores.

Outro dado que reforça a carência de registros é o alto grau de mobilidade dos grupos indígenas, isto é, eles não formavam núcleos populacionais duradouros. Na colônia, era comum a rápida diluição ou fragmentação de aldeias (REGO, 2016). Os motivos eram variados: migravam quando se sentiam ameaçados por outros povos ou doenças, quando se envolviam em guerras e, principalmente, quando ocorria o desequilíbrio entre a oferta de recursos naturais necessários à sobrevivência e o crescimento populacional.

O fato, é que tais carências historiográficas nulificam a memória e registro da importância desses agrupamentos para a composição da história local, pois a contribuição que se destaca é dos povos negros que formaram comunidades de resistência denominadas por autoridades da época de quilombos.

Sugere-se que a presença desses índios Tupinambás em parceria com negros da localidade tenha resistido a períodos posteriores à desarticulação dos quilombos do Cabula (1807) e Urubu (1826), os quais serão problematizados na sequência, isso porque, em documentos referentes à batalha pela independência da Bahia, grupos indígenas foram mencionados como residentes do bairro, fazendo parte da resistência contra as tropas portuguesas, conforme a citação que segue:

He verdade que os taes Tupinambás, fazendo brigada com os primos de todas as castas não se atrevem nem a olhar para as nossas trincheiras; mas escondidos aos bandos pelos matos, e capitaneados por alguns beneméritos, que forão da cidade para fora, tem feito proezas dignas de honra a memória. [...] Diz a fama, o clamor e a indignação pública que os facciosos de dentro sahem quando querem, entrão para observar o aqui se passa, e para dizerem aos sitiantes o que hão de fazer, dando-lhes couto em casas do Cabulla (Jornal



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

Idade d' Ouro. 27 de setembro de 1822, folha 1. Apud MESQUITA; MATTA, 2016).

De acordo com a informação, os indígenas Tupinambás, juntamente aos outros moradores do Cabula, provavelmente negros libertos e fugitivos, atuavam sutilmente empreendendo emboscadas contra as tropas lusitanas (MESQUITA; MATTA, 2016). Nesta perspectiva, não é demasiado supor que índios residiam no Cabula antes da formação do quilombo, mesmo não constituindo aldeamentos significativos para as autoridades da época. Além disso, o estudo do historiador André de Almeida Rego (2014) apresenta coerência com o proposto, ao comprovar que as localidades do entorno da capital, principalmente no sentido norte, eram ocupadas prioritariamente por grupos Tupinambás.

Território de raiz quilombola: as histórias que envolvem o quilombo do Cabula e o quilombo do Urubu

Mesmo com os poucos registros e sistematização historiográfica sobre a presença e atuação de grupos indígenas no atual Miolo da Cidade do Salvador, defendemos a forte probabilidade de que esses povos originários passaram a acolher ou ao menos permitir que negros libertos ou fugidos da escravidão iniciassem a construção de arraiais (FERNANDES, 2003), que para as autoridades do período colonial seriam denominados de mocambos ou quilombos.

A etimologia da palavra quilombo tem origem banto e provém do grupo étnico Mbundu, na qual se refere a acampamento de guerra ou arraial improvisado. Enquanto que mocambo significou esconderijo (SCHWARTZ, 2001) e de acordo com Gomes (2015), o “*mukambu*” significou, segundo as línguas *Kimbundu* e *kicongo*, suporte com forquilhas utilizadas para construir barracos de taipa nos acampamentos.

No Brasil e principalmente na Bahia, até o século XVII, o mais habitual na sociedade senhorial era utilizar o termo mocambo e secundariamente quilombo. Ambos os termos, na concepção da sociedade senhorial, se referiam a ajuntamentos que continham negros fugidos, o que é um entendimento mais complexo do que considerá-lo como uma comunidade apenas de negros



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

fugitivos. Tal afirmação se respalda nos casos de arraiais com moradias de libertos, presença de desertores militares, indígenas e até de brancos pobres que, por acolherem negros fugidos, foram denominados de quilombos por senhores e autoridades dos períodos Colonial e Imperial, como ocorreu no exemplo da comunidade do Cabula e Urubu (MARTINS, 2017).

Ao longo dos séculos de exploração e expansão dos colonos portugueses e seus descendentes brasileiros na Capitania da Bahia, aumentou, cada vez mais, a demanda por mão de obra escrava. Na mesma proporção, cresceram os indicadores e as formas de resistências negras.

No século XVIII, a situação e os conflitos entre escravizados e camada hegemônica se agravaram. Os registros documentais comprovam que houve proliferação de formação de quilombos por toda Bahia, perceptíveis graças às muitas reclamações das autoridades sobre atividades quilombolas, relacionando-as aos saques, insultos e roubos. Sabemos que, em muitos casos, as pilhagens foram realizadas para garantir a sobrevivência desses sujeitos e seus grupos, mas isso fomentou um clamor geral da camada hegemônica, em meio ao sentimento de insegurança. Isso fez com que se institucionalizassem, paulatinamente, os métodos de repressão aos mocambos (GOMES, 1995). À medida que aumentava a quantidade dos grupos de fugitivos, também se multiplicavam leis na tentativa de inibir tal proliferação. Diante dessa compreensão sobre a difusão dos quilombos, questiona-se: como ocorria a formação desses agrupamentos? Como esses agrupamentos se mantinham no anonimato?

As respostas às questões não são novas e foram profundamente estudadas pela recente historiografia da escravidão. A discussão e diálogo com as produções desses historiadores são imprescindíveis para se compreender o contexto específico do quilombo do Cabula e Urubu, portanto, de acordo com estudos realizados por Kátia Mattoso (1992), Flávio Gomes (2015), Edison Carneiro (1947), Stuart Schwartz (2001), Donald Pierson (2001), Pedro Pedreira (1962), João Reis (2003), Clóvis Moura (1981), dentre outros, a premissa básica de formação de um quilombo é o acolhimento a negros fugidos ou de pessoas marginalizadas no sistema escravagista.

Em âmbito geral, formaram-se quilombos em áreas rurais, ou seja, "zonas férteis, próprias para o cultivo de muitas espécies vegetais e ricas em animais para caça e pesca" (CARNEIRO, 1947), com povoamento esparsa, cercados por florestas, até mesmo quando incidiram no perímetro



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

urbano de algumas cidades brasileiras, em pontos de acesso difícil e com distância "segura" dos centros urbanizados das cidades. Em alguns casos, como o Cabula, próximos a estradas com pouco movimento.

A Bahia foi uma das capitanias que mais abrigou população quilombola. Pesquisas comprovam que, em Salvador, as áreas periféricas do antigo centro urbanizado como Mata Escura, Estrada da Liberdade, povoações do Cabula, Armação, Pirajá e Itapuã, originaram-se de quilombos que datavam dos primórdios do Período Colonial (PIERSON, 1945). São localidades originalmente ocupadas por habitantes predominantemente negros, que se identificam com seu histórico de resistência e que, ainda hoje, lutam para obter dignidade em seus espaços de vivência.

Sobre os quilombos edificados no entorno da cidade e do centro urbano de Salvador, vale ressaltar que não se trata de residências e organizações fixas nem duradouras. Foram raros os que conseguiram manter o anonimato por um período longo. Isso porque as empreitadas com a finalidade de destruição, organizadas pelas autoridades locais, com o apoio da coroa, foram constantes e teve início com a perseguição aos índios que atacavam e assaltavam estabelecimentos e povoações (NETO, 1984). As comunidades quilombolas do Cabula comprovam tal suposição, como será observada na sequência.

O conhecimento da história das comunidades de quilombos foi possível graças às fontes documentais oficiais que narravam todo processo de planejamento e desarticulação. Grande parte dos quilombos atacados no século XVIII localizavam-se no interior da capitania da Bahia, mas nos arredores da capital a ameaça continuava, e a situação se agravou no início do século XIX com o aumento do fluxo do comércio de escravizados. Diante da recorrente ameaça o então governador da Bahia D. João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito - 6º Conde da Ponte, nomeado em 1806, direcionou sua gestão para o controle de escravos e destruições aos quilombos.

Na noite do dia trinta de março de 1807, após investigações, o Conde da Ponte determinou a formação de uma expedição especial para adentrar as matas localizadas no entorno da cidade, com clara missão de destruir os quilombos existentes. Dentre esses, o quilombo do Cabula e, simultaneamente, o quilombo dos Mares. Não seria uma missão fácil, primeiro porque a área proporcionava defesas naturais, como já foi trabalhado na seção anterior, e segundo, porque a



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

resistência poderia pôr os planos em risco. As ordens régias do período orientavam medidas cautelosas no processo de investigação dos ajuntamentos, para que o momento da destruição fosse preciso e eficiente (APEB, Setor Colonial. Cartas à várias autoridades, nº 163, ano 1803 - 1808, fls 102 - 102v).

Nessa perspectiva, todo planejamento do ataque foi mantido em sigilo até o último momento. No processo investigativo, o conde da Ponte infiltrou homens da sua confiança com a missão de vigiar negros e examinar prováveis locais com objetivo de descobrir rotas de fugas e acolhimentos de escravos fugidos (APEB, Setor Colonial. Carta à várias autoridades, nº 163, ano 1803-1808, fl. 97-98). Ao constatar, sem dificuldades, as numerosas organizações de quilombos nas matas que cercavam a cidade, o governador iniciou o plano de destruição. O que o instigou ao planejamento e execução da ação?

Foi que os recorrentes casos de fugas de escravizados, insubordinação e ousadia dos que continuavam na condição de cativos caracteriza uma perda do controle governamental e senhorial diante dos atos de “rebeldia”, leia-se resistência dos negros. Para que houvesse uma retomada do controle, as medidas a serem adotadas deveriam surpreender o oponente e, portanto, os planos não poderiam correr o risco de serem difundidos. Desde a concepção do plano de extermínio e aprisionamento houve discrição e temor por parte do conde da Ponte, de tal maneira que o comando da missão só foi confiado ao responsável um dia antes da data agendada para a destruição, como indica um trecho da carta encaminhada ao visconde de Anadia:

Mandei chamar no dia 29 de Março deste ano com o disfarce, e cautela necessária o Capitão-mor de Entradas e Assaltos do termo desta Cidade Severino da Silva Lessa, e com firmeza lhe protestei que me ficava desde aquela hora responsável pela dispersão de tais quilombos, para a qual diligência lhe prestaria todo auxilio que me requeresse, não pense Vossa Excelência que ele deixasse de tremer ao ouvir esta minha resolução, e nada mais me respondeu, que partia a executá-la, mas que ficava perdido (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

De acordo com o trecho citado, ficou evidenciada a importância e perigo da missão, uma vez que o já experiente Capitão de Entradas e Assaltos deixou claro seu temor e, nas palavras do conde da Ponte, tremeu ao ouvir a proposta confessando que “ficava perdido” diante da situação imposta. O sentimento de insegurança do Capitão Severino da Silva Lessa pode ser explicado pelas



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

condições apresentadas pelo conde da Ponte. Seria um ataque imediato, sem tempo para planejar a estratégia mais adequada para a destruição dos ajuntamentos, principalmente em áreas ruralizadas, consideradas de alta periculosidade.

O local escolhido pelos negros para a formação dos arraiais, denominado de quilombo do Cabula, instiga a suposição de que o favorecimento para morada oculta foi potencializado pelo rico suporte ecológico, o que pode ter ocasionado receio no Capitão de Entradas e Assaltos. Por outro lado, tratava-se de uma localidade que, embora fosse de difícil acesso em relação ao centro urbanizado da cidade, possibilitava certo dinamismo e trânsito de pessoas, abastecimento em relação às necessidades básicas como alimentos, vestuários, ferramentas para o trabalho dentre outros.

Nesse sentido, a comunidade do Cabula não se configura como um quilombo isolado, mas como arraiais integrados sutilmente ao contexto urbano. Essa sutil integração do quilombo ao centro urbanizado de Salvador reforça a ideia do conde da Ponte em manter o máximo de sigilo da missão, que já se mostrava perigosa. Não por acaso, ao assumir a liderança da expedição o Capitão de Entradas e Assaltos organizou sua força de combate, requisitando ao governo a formação de um grupo especial e bem armado, que só ficou sabendo da missão no dia da execução. Esse grupo foi composto por oitenta homens selecionados da tropa de linha, oficiais do mato e cabos de polícia (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

O registro e detalhamento do ataque revelaram a vivência, a organização politizada e a riqueza cultural de um povo, que no início do século XIX buscou a alternativa de uma vida transgressora em detrimento da submissão à condição de escravizados e/ou oprimidos. Pessoas dispostas a enfrentar os perigos imputados por uma sociedade que discriminava os menos favorecidos. Logo, essa tentativa de destruição revelou que a ideia de quilombo era muito mais ampla do que o significado concebido pela camada hegemônica do período, que atribuía, como foi visto, a local de acolhimento de grupos ou indivíduos fugitivos.

Nos agrupamentos espalhados pela grande área do Cabula vivia-se livremente. A dinâmica social e resistência cultural de matriz africana mesclavam-se com conhecimentos adquiridos na colônia, produzindo-se assim uma forma própria de garantir a sobrevivência. Se por um lado os



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

sujeitos sociais partiam para o enfrentamento de uma natureza rústica, em uma área quase inexplorada, por outro, havia autonomia para práticas tradicionais como cultos aos seus ancestrais, produção de remédios naturais e serviços de cura prestados a pessoas locais e também a necessitados, que mesmo morador do centro urbanizado, frequentavam a localidade (AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).

Enquanto o Cabula pertenceu à casa de Niza, a área encontrava-se tomada por pequenos núcleos de povoados quilombolas que sobreviveram de pequenas produções de policulturas, como foi a realidade de outros quilombos do entorno de Salvador, a partir do cultivo de pequenas roças, da coleta na rica oferta de árvores frutíferas, da prática da caça e também da atividade pesqueira, uma vez que havia rios e lagoas na localidade, conforme podemos observar na representação de festa no quilombo do Cabula, na Figura 1 que segue. Entretanto, nos documentos de cunho oficial, há o destaque para os ganhos materiais dos quilombolas através de roubos a proprietários de fazendas e assaltos a viajantes que passavam nas proximidades do quilombo (APEB, Cartas a várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808. fl. 97-98).

Figura 1 – Representação de Festa no Quilombo do Cabula



Fonte: Martins (2017). Desenho elaborado por Denissena, a partir da descrição da pesquisadora.

Como representado no desenho, os festejos e celebrações eram regadas a “danças, vestuários caprichosos”, muita comida, momentos de bênçãos e orações o que, provavelmente, atraíam visitantes da cidade que ajudavam no quilombo, para em contrapartida, obter ganhos espirituais (AHU. Conselho Ultramarino (Brasil-Bahia). Cx. 149. n. 29815. Ano 1807).



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Em meio a esse contexto sócio histórico, insurgiram alguns personagens marcantes para a historicidade deste quilombo. Nicácia da França, que foi apontada pelo historiador João José Reis (2008) como uma sacerdotisa do quilombo do Cabula. Após o ataque das autoridades ao quilombo, ela foi julgada e condenada como uma das líderes, que assumia a função de feiticeira local.

Pesquisas realizadas pelo historiador, baseadas em fontes documentais e nos relatos do memorialista José Alvares do Amaral, inferem que a parda, de meia idade, era aleijada dos pés, braços e se locomovia por meio de uma cama improvisada com rodas (REIS, 2008), provavelmente fabricada em madeira retirada do próprio local. As limitações físicas não nulificavam o respeito, admiração, reverência e até fama nutrida tanto pelos moradores dos arraiais do Cabula quanto por residentes da cidade, uma vez que esta era respeitosamente procurada para prever o futuro, isto é, uma possível vidente. Também atendia realizando outros trabalhos de cura espiritual, manuseando e demonstrando seus conhecimentos das ervas do local. Eram esses moradores da cidade que a sustentava com o que necessitasse, em troca de seus serviços religiosos (REIS, 2008).

Sobre a representatividade de Nicácia na cidade, o autor José Álvares do Amaral, que vivenciou o contexto histórico da metade do século XIX e escreveu a obra "Resumo Chronologico e Noticioso da Província da Bahia desde seu descobrimento em 1500", revela que as histórias que se divulgavam sobre seus feitos de "feitiçaria e sortilégios" eram impressionantes, de tal maneira, que no momento da sua prisão pelas tropas do conde da Ponte, esta foi submetida a um "desfile" de exibição, na qual atravessou presa em seu carro as ruas da cidade e foi acompanhada por "muito povo", conforme pode ser observado na citação que segue:

Morreu nesta cidade a celebre Nicacia, que tão falada foi por muito tempo, e da qual ainda hoje se referem factos interessantes. Constando ao Governador Conde da Ponte, que ela era muito feiticeira, mandou-a prender no Cabula, onde ela habitava e exercia suas feitiçarias e sortilégios, atravessando presa as ruas da cidade em um carro, por ser aleijada, sendo acompanhada de muito povo (AMARAL, 2013, p. 128-129).

Além da parda Nicácia da França, que provavelmente morreu na prisão da cidade, outros integrantes foram marcantes e também apontados como líderes da comunidade. No processo de devassa, após a tentativa de destruição dos quilombos e aprisionamento de negros suspeitos, o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, Cláudio Jozé Pereira, enviou uma carta à coroa lusitana,



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

datada de oito de maio de 1807, na qual aponta como líder Simão um crioulo e residente nas terras do Campo Seco e a africana Quitéria do Sacramento, moradora das terras dos padres bentos. (APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, fl. 198).

Outros negros com importante função social no quilombo são arrolados no processo, assim, a documentação destaca o escravizado fugido José que exerceu a função de assistente, construtor de novas casas e Zacarias de propriedade de Inácio de Arruda Pimentel, comerciante da cidade.

Segundo relato do governador, baseado nas investigações prévias, o negro José era o “encarregado de cortar os paus para os arcos que intentavam fazer” (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 123). O relato instiga a interpretação de que o Cabula já se configurava como um “quilombo”, ou melhor, arraiais “consolidados”, cuja proporção territorial de ocupação negra era razoável, isso considerando a extensão de casas construídas e em processo de construção. Em carta anterior, enviada ao mesmo desembargador, datada de dois de abril de 1807, o conde da Ponte já apontava para a probabilidade de grande quantidade de habitantes no quilombo, “constando já, talvez, de 4 a 5 mil pessoas, como se colige, pelo arraial e casas de habitação, que neles se acham construídas” (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803 – 1808, fl 97-98).

Já o negro Zacarias, exerceu o cargo de escrivão e secretário, escrevendo os possíveis planos de futuras ações da comunidade, em escrita, cujos caracteres foram próprios da sua nação de origem, dificultando assim a decifração pelas autoridades (APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl 123). Embora tenha tido a cobrança do conde por averiguações quanto aos escritos, ao que tudo indica, não houve tradução dos mesmos.

Embora a tentativa das autoridades fosse de destruição do quilombo, com possíveis mortes de residentes, prisões e aplicações de castigos, defendemos a lógica da desarticulação. Certamente, o conde tomou conhecimento que a missão não obteve sucesso efetivo, uma vez que foi constatado que a prisão não contemplou a todos os negros foragidos ou libertos que formavam agrupamento no Cabula. É provável que muitos quilombolas tenham conseguido escapar do assalto da tropa baiana, indicando que foram momentos de lutas e tensões para ambas as partes.

Oficialmente as terras do Cabula continuaram sob o domínio, à distância, da nobre família de Niza, e sem um controle senhorial efetivo. A localidade manteve característica de arraiais



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

ruralizados e não perdeu o caráter de resistência, mesmo sabendo que era prática das autoridades conceder a ocupação de terras quilombolas que foram devastadas, às camadas militares ou quaisquer combatentes que as ocupassem com roças. A preocupação era não deixar as terras ociosas, evitando assim a formação de novos ajuntamentos quilombolas. No caso do Cabula, ficou evidenciada essa tentativa, pois nas análises sobre revoltas escravas em Salvador e no Recôncavo, Reis (2003) cita um comunicado de onze de fevereiro de 1816, no qual um cabo de polícia, morador do Cabula, denuncia um assédio de um negro a seu escravizado, para que este integrasse um levante. Isso denota que passa a ocorrer à tentativa de uma ocupação intencional na localidade, ainda que insignificante. Por outro lado, foram fortes e significativos os movimentos de resistência negra no pós-destruição do quilombo do Cabula. Tanto no que se refere às questões de lutas sociais quanto de empoderamento religioso, essa constatação é perceptível com a formação do quilombo do Urubu.

Após dezenove anos, desde desarticulação do quilombo do Cabula, outro quilombo foi descoberto nas matas que circundavam o centro urbanizado da cidade. O quilombo do Urubu, que ocupou uma ampla área compreendendo as localidades de Pirajá, Cajazeiras e Cabula.

O Urubu evidenciou a forte feição de uma comunidade de resistência com proposta de insurreição. É importante elucidar que este quilombo não foi uma continuação do anterior quilombo do Cabula, foi uma nova formação que pode ter se organizado após as batalhas pela independência da Bahia na localidade. Manuel Neto (1984), informa que os ataques, assaltos e agressões dos quilombolas aos pequenos roceiros da área do Cabula e entorno, fez com que as autoridades despertassem para a existência e tentativa de extinção desse quilombo. Foi no processo de embate que se notou a extensa área ocupada pelos quilombolas do Urubu e sua força.

Para Clovis Moura (1981), o estopim do ataque ao quilombo foi um acontecimento inusitado em que, no dia 15 dezembro de 1826, uma garota foi raptada ao passar com sua família, possivelmente pela estrada ou vias nas matas próximas ao Cabula. O historiador João José Reis (2003) apresenta detalhes, discorrendo que foi na noite do dia 16 de dezembro que uma família de lavradores surpreendeu negros carregando alimentos roubados para o quilombo. Temendo denúncia, os negros atacam a família e casas nos arredores do local e, completam o ato, raptando e agredindo



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

gravemente a garota cujo nome era Brízida, uma mulata de 7 a 8 anos, que só foi encontrada posteriormente, sendo conduzida ao hospital da Misericórdia.

Diante da ocorrência, na manhã do dia 17 de dezembro, alguns capitães do mato reuniram-se na intenção de capturar os negros e, ao meio dia, travaram lutas nas matas onde estavam aquilombados. Os negros, em resistência, mataram dois capitães do mato e feriram um terceiro. Foi quando as autoridades da capital enviaram reforços da polícia que adentraram as matas do Cabula, vindos da capital com cerca de doze soldados e um cabo da divisão militar sob o comando de José Baltasar da Silveira, que deveriam se unir aos vinte praças enviados do Batalhão de Pirajá (MOURA, 1981).

Em determinado ponto da densa mata que liga Cabula a Pirajá, um grupo de quilombolas que cuidavam de vigiar o local, ao perceberem a presença dos soldados, acionaram um alarme, no qual emitiam comunicação de ataque com um som, utilizando um chifre de boi, demonstrando articulação e organização dos negros do quilombo do Urubu. Nesse momento, uma quantidade considerável de homens saiu das matas e atacou as tropas, utilizando armas como facas, facões, lanças, dentre outros. Os registros indicam que foi uma luta sangrenta e que durou todo o dia. Alguns negros conseguiram fugir do cerco, mas foram muitos os mortos e muitas prisões, dentre essas a da negra Zeferina, que lutou bravamente portando arco e flecha.

Após a diligência de ataque, esse quilombo provocou inquietação na sociedade senhorial e autoridades, que passaram a investigar as matas do entorno do centro urbano da cidade, buscando novos indícios sobre insurgentes. Casas de negros foram invadidas, muitas prisões efetuadas, instrumentos e materiais de religiões de matriz africana foram apreendidos. Práticas do candomblé foram elucidadas nas moradas ocultas pela mata densa do Cabula. De acordo com as pesquisas de Reis (2003, p. 102), foram encontrados objetos de rituais sagrados de matriz africana, como "búzios, chocalhos, atabaques, estatuetas de vacas pintadas de encarnado e um chapéu encarnado com três plumas" e outros objetos. Isso comprova que as constantes investigações e ataques aos quilombos da Bahia e principalmente do entorno da capital se tornaram cada vez mais frequentes, mas não inibiram novas formações e tentativas subversivas da parte dos negros.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

Desarticulação das comunidades quilombolas e nova reestruturação da área com a formação de roças e fazendas

Como foi supracitado, enquanto a grande área do Cabula pertenceu à casa de Niza, os espaços vazios possibilitavam a formação de ajuntamentos de negros e sem um efetivo controle senhorial e das autoridades locais. A situação se modificou a partir do momento em que a nobre família vende seus bens a latifundiários urbanos.

As terras do Cabula foram compradas por procuração pelo capitão de ordenanças Tomás da Silva Paranhos, no dia sete de agosto do ano de 1839 (TEIXEIRA, 1978). Além do Cabula, comprou terras de outras áreas do entorno do centro urbanizado da cidade, como Rio Vermelho, Arembepe, Capoame, algumas ilhas (Itaparica, Matarandiba, Ilha da Cal, Ilha de Fora) e terras do subúrbio de Salvador. O autor Cid Teixeira (1978) supõe que a falta de interesse dos herdeiros de Niza, em relação a essas terras, foi devido ao pouco lucro que ofereciam (TEIXEIRA, 1978).

Sob a posse do capitão Tomás da Silva Paranhos e, posteriormente, dos seus herdeiros, as terras do Cabula foram sendo paulatinamente fragmentadas em lotes e vendidas a outros roceiros. Resultados obtidos a partir de uma pesquisa documental sobre a reestruturação das terras do Cabula, foram registrados no artigo intitulado: “Donos de terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças” (MARTINS, et. al, 2019) e nos conduz as seguintes considerações: mesmo com o loteamento, a localidade continuou a conservar suas características ruralizadas e periférica em relação ao núcleo urbanizado da cidade. Verificamos também que a compartimentação da área não seguiu um único padrão de propriedade, aparecendo na documentação dos registros eclesiásticos de terras e nos livros de notas a configuração em roças, terrenos, chácaras, fazendas e raros engenhos. Outra constatação foi que a maior parte dos compradores se aproveitou do momento da venda para realizar investimentos, ou seja, não passaram a ocuparam efetivamente as terras, apenas os pequenos agricultores ou mesmo negros libertos, que compraram as terras, continuaram ou passaram a habitar no local.

Seguindo a análise dos registros eclesiásticos de terras da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo e o livro de notas, os indicativos de terras vendidas localizavam-se no Saboeiro, São



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

Gonçalo e Engomadeira. Os arraiais resistentes das Barreiras, Mata Escura, Beiru e Campo Seco (atual Cabula VI), não aparecem nos registros de terras, o que não significam serem terras vazias. Conjectura-se que houve a continuidade da habitação de negros libertos. Não à toa, essa observação converge com depoimentos de antigos moradores da localidade, quando afirmaram que as roças e fazendas de laranjais localizavam-se ao longo da Estrada principal (atual Silveira Martins), São Gonçalo e Saboeiro. Isso pode explicar o porquê de muitas comunidades resistentes de terreiros estarem situadas em comunidades que não foram ocupadas por roças, fazendas ou terrenos loteados nesse primeiro momento (MARTINS, et all, 2019).

Conclusão

O esforço aqui empreendido foi de sistematizar a historicidade de resistência dos povos subjogados pelas autoridades e elite senhorial do período colonial e imperial. Esses grupos sociais encontraram na localidade do Cabula um abrigo rústico, mas acolhedor. Local com abundância de recursos naturais, mas ténue no que diz respeito à segurança. Mesmo assim, as perseguições e austeridade da sociedade escravocrata não nulificaram a força das raízes de etnia indígena e negra que foram fincadas no local.

A cada ano, a cada nova geração, essas raízes estão sendo desveladas e significadas por residentes das localidades do Cabula, que buscam entender as problemáticas do presente por meio da compreensão do passado histórico, não como se o passado explicasse o presente, mas numa relação dialógica com alusão à consciência histórica.

Sobre os povos indígenas, nota-se um importante desenvolvimento de estudos recentes, capitaneado por jovens e ousados historiadores que tentam localizar suas ocupações e perfil histórico, demonstrando grande preocupação em identificar a importância e protagonismo desses sujeitos sociais na história do Brasil e Bahia. Todavia, encontramos dificuldades e, portanto, diagnosticamos a carência de pesquisas que tratam dos grupos que ocuparam as áreas periféricas do centro urbanizado de Salvador. Especificamente sobre o Cabula, encontramos poucas e desconexas referências que traz à luz a existência de ocupação tupinambá. Faz-se necessário novos problemas e aprofundamentos investigativos no sentido de amenizar tal carência.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

Os agrupamentos quilombolas de negros libertos e escravizados fugidos deixaram marcas visíveis e reconhecidas na localidade do Cabula que atualmente concentra uma das maiores populações negras da Cidade do Salvador. Território arraigado de ancestralidade no campo da arte, musicalidade, poesia, manifestações sociais e espiritualidade de matriz africana com seus inúmeros terreiros de candomblés. O Cabula tem seu herói de destaque e orgulho, o negro Gbeiru, mais conhecido como Beirú, mas é preciso conhecer e se apropriar das fontes; combativas e resistentes mulheres que deixaram seu registro na história como a sacerdotisa Nicácia da França, Quitéria do Sacramento e Zeferina.

Por fim, fica a reflexão de que projetos que promovem o diálogo e intrínseca relação entre pesquisas acadêmicas, os saberes e vivências das comunidades, tal como é o projeto de turismo de base comunitária, potencializam a valorização e conscientização histórica, podendo promover mudanças sociais de cunho estrutural.

Referências

ALVES, Katiane. **Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais.** In: SILVA, Francisca de Paula Santos (Org.). Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013. 314p.

AMARAL, José Álvares do. **Resumo Chronologico e noticioso da Província da Bahia - desde seu descobrimento em 1500.** V. I. Lauro de Freitas - Ba. Livro.com, 2013. (Coleção Tempo Antigo: Memórias da História da Bahia).

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador.** Salvador: Editora Itapuã, 1969.427p.

BAQUEIRO, Maria Hilda Paraiso. **A Presença Indígena na Construção da Cidade do Salvador.** In. A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República. Textos críticos de História Urbana/ Jaime Nascimento; Hugo Gama (Org). Vol I. pp. 33-52.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** 2ªed.Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1947. p. 20. In. Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 145. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/253/o-quilombo-dos-palmares>. Acesso em: 05/02/2015.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

"Educando para o Turismo de Base Comunitária"

FERNANDES, Rosali Braga. *Las Políticas de La Vivienda em La Ciudad de Salvador y los Procesos de Urbanización Popular em El caso Del Cabula*. Feira de Santana: UEFS, 2003.

FERNANDES, Rosali Braga. **Evolução histórica do Cabula:** um bairro popular da cidade de Salvador. In: Congresso de História da Bahia, 2004, Salvador. V Congresso de História da Bahia. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004. v. 2. p. 885-892.

GOMES, Flávio dos Santos. **Um Recôncavo, dois Sertões e vários Mocambos:** quilombos na Capitania da Bahia (1575 - 1808). Revista de História Social. Campinas - SP. nº 02, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. - (Coleção Agenda brasileira).

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **História Pública do Quilombo do Cabula:** representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação. Doutorado Multidisciplinar e Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2017.

MARTINS, Luciana. et al. **Donos de Terras do Cabula:** dos núcleos quilombolas às roças. Anais do IX ETBCES - Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável - De 14 a 18 de agosto de 2019.

MATTOSO, Kátia M de Queirós. **Bahia Século XIX:** uma província no império. Tradução Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1992.

MESQUITA, Josenilda Pinto; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **As Tensões do Cabula e a Independência da Bahia:** contexto para modelagem do game digital. Artefactum (Rio de Janeiro), v. 2, p. 36, 2016.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala:** quilombos, insurreições, guerrilha. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Antônio Ciro neves do; CARVALHO, Jairon Costa. **O Turismo Comunitário como Fator de Desenvolvimento Local:** o caso da comunidade Barro vermelho – Parnaíba/PI. Anais. II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza-CE: 2008. Disponível em: <<http://www.cdvhs.org.br/sispub/imagdata/1893/sits/files/O%20TURISMO%20COMUNITARIO%20COMO%20FATOR%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20LOCAL>>. Acesso em: 23 nov. 2010.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

NETO, Manuel Antonio Santos. **Os Quilombos de Salvador**. Revista Princípios.Nº 8. Maio/1984.p. 54. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/Acesso: 28/05/2013>.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os Quilombos Baianos**. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIV. nº 4, Out-dez, 1962

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**: estudo do contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1945. In Brasiliana da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2001. p. 105. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/brancos-e-pretos-na-bahia-estudo-de-contato-racial/pagina/3/texto> Acesso em: 09/02/2015.

REGO, André de Almeida. **Trajetórias de Vidas Rotas**: terra, trabalho e identidade indígena na Província as Bahia (1822 – 1862). Tese (Doutorado) –Programa de Pós-graduação em História Social – PPGH. Salvador, 2014.

REGO, André de Almeida. **Os Aldeamentos Indígenas Fundados na Bahia e Capitânicas Vizinhas Durante o Período Colonial**. Periódico **Opará**: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 5, p. 81-108. jan./jun. 2016.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um Sacerdote Africano**: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Catequese e Povos Indígenas na Bahia Colonial**. In. Os índios na História da Bahia. Org. Fabrício Lyrio Santos. Cruz das Almas: EDUFRB, Belo Horizonte: Fino traço, 2016. pp. 23-31.

SOUSA, António Caetano de. **Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal**. 3.^a Edição, 1755. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Memorias_historicas.html?id=8tcFAAAAQAAJ&redir_esc=y Acesso em: 02/11/2014.

SOUZA, Ivana Carolina Alves da Silva. **Design Cognitivo Colaborativo para Ambientes Virtuais**: o caso do Portal TBC Cabula. Tese (doutorado) – Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA. Salvador, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. 306p. (História).



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

TEIXEIRA, Cid. **As Grandes Doações do 1º Governador: Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D’Ávila e Senado da Câmara.** In: TEIXEIRA, Cydelmo (coord.). *A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra. Projetos Urbanísticos Integrados.* Coleção projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo III.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549 - 1999).** Ilhéus: Editus, 2002.

Fontes manuscritas

AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807

APEB. Correspondência expedidas para o rei, n. 144, fl. 198.

APEB, Setor Colonial. Cartas à várias autoridades, nº 163, ano 1803 - 1808, fls 102 - 102v.

APEB, Setor Colonial. Carta à várias autoridades, nº 163, ano 1803-1808, fl. 97-98.

APEB. Cartas à várias autoridades, n. 163, ano 1803-1808, fl. 123

ade (EXÉRCITO QUEIROZ, 2020).

O batalhão do exército na região alterou a atenção dos governos e iniciou a ocupação de natureza diferenciada anterior. Seguiu-se, no início dos anos de 1950, a urbanização advinda da construção do presídio da Mata Escura, e na mesma década a construção do Conjunto Residencial Jardim Brasília, na entrada da antiga Ladeira do Cabula. Nos anos 1960, foi o momento da construção da Avenida Silveira Martins, traçada e urbanizada no leito da antiga e histórica estrada colonial para Itapuã. Nos anos de 1970 multiplicaram as instituições públicas, tais como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), o Hospital Geral Roberto Santos, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Telecomunicações da Bahia (TELEBAHIA), além de escolas, centros de saúde, centros sociais urbanos (MARTINS, 2017).



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES **“Educando para o Turismo de Base Comunitária”**

A multiplicação das instituições públicas foi acompanhada da construção de muitos conjuntos residenciais populares, que passaram a dividir espaço com os antigos arraiais. Uma parte das instituições públicas tinha perfil de trabalho operário de serviços urbanos. Isto deu mais ainda caráter operário ao perfil dos novos moradores, que em parte vinham residir ali, e trabalhar nas indústrias, do CIA, ou entorno da Rodovia BR 324, pavimentada sobre o leito da antiga Estrada das Boiadas. Talvez por influência da Rodovia próxima, os novos moradores eram em grande parte do interior do estado. Parece que, ao chegarem os novos residentes, se comportaram como forasteiros, até porque vinham residir em conjuntos residenciais com poucos serviços, e sem qualquer tradição.

Os novos moradores acabavam por participar da estrutura de abastecimento, pequenos comércios e tradições, dos antigos arraiais, agora tratados como favelas, já que eram onde havia uma estrutura e uma vida cotidiana com tradições. Desta maneira, apesar do fim gradativo, e aos poucos, da ruralidade, das chácaras e dos roçados, foram as comunidades tradicionais herdeiras do antigo Quilombo que continuaram a caracterizar e fornecer a identidade dos atuais bairros da antiga área do Quilombo Cabula. A maior parte dos novos ocupantes se adaptou a viver nos bairros com suas denominações tradicionais e passou a se identificar e se comportar de forma a dialogar com os tradicionais moradores. Pensamos que o perfil de população resistente aos padrões da ordem estabelecida, e herdeira dos quilombos acabou preservado. A exceção está talvez na recente ocupação do Shopping Bela Vista e algumas habitações verticais integradas a ele, que deram as costas aos antigos bairros, após terem desmatado uma área de antiga preservação de Mata Atlântica.

Essa realidade nos dá um quinto elemento que sugerimos para o contexto do Cabula: 5] O processo de urbanização aconteceu dando prevalência às comunidades tradicionais afro-brasileiras do antigo Quilombo. A modernidade urbaniza os bairros da região, mas não altera a hegemonia do perfil sociocultural dos ocupantes e sua herança quilombola.

Dessa maneira chegamos ao final da elaboração de um contexto histórico do antigo Quilombo Cabula, dos atuais 17 bairros que ocupam a área. Não se trata de uma proposta de verdade, que tenha a pretensão de ser aceita como objetivamente verdadeira. Trata-se ao contrário de uma interpretação sistematizada e defensável do perfil que estes pesquisadores entendem para o bairro. Uma vez tendo construído este contexto, agora tenho uma proposta de entendimento



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

possível de ser compartilhada e posta em diálogo com outros sujeitos implicados na vida destes bairros, de maneira a poder construir em conjunto com tais sujeitos.

É desta forma que preparamos a base para construirmos colaborativamente com as comunidades parceiras, uma proposta de turismo de base comunitária, dentre outras. Tudo começa com a mediação da elaboração de uma interpretação colaborativa de contexto.

Conclusão

Concluimos que seja preciso compreender o conceito de Contexto Histórico, seu formato dissertativo, ou de construção analítica, que de uma narrativa historicista. Da mesma forma, precisamos atentar para a maneira de como construir um contexto, sua análise sistemática e de base científica, sobre o entendimento do investigador da questão levantada. É necessário ficar atento para o resultado, observando para que serve, para possibilitar o diálogo e novas construções, do que para apresentar verdades a serem seguidas. Observar que este pode ser útil para prover a condução de pesquisas aplicadas focadas no desenvolvimento de práticas, artefatos, conceitos e soluções societárias diversas.

Nosso contexto do Cabula, por exemplo, pode ser a base, da interpretação de procedimentos educacionais, ou de gestão de economia popular, ou de desenvolvimento de tecnologia educacional ou outra, que agora consideram as dificuldades concretas da sociedade e de seu perfil e, conseqüentemente, procurar viabilizar as soluções válidas. Este é todo procedimento básico que alimenta nossas pesquisas aplicadas relativas ao turismo de base comunitária no Cabula.

Defendemos que o passo seguinte é o de procurar interpretar o contexto construído com a parceria da comunidade implicada, para buscar entender as dificuldades a serem superadas pelas propostas de pesquisa que as impliquem. Por isto, esperamos assim ter apresentado uma parte da base metodológica de nossos avanços no projeto TBC Cabula, e inspirado seu uso.

Referências

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Zahar. Rio de Janeiro, 1999.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES
“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

_____. **Problemas da Poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARAB, S. A., Kling, R.; Gray, J. H. *Designing for Virtual Communities in the Service of Learning*. Cambridge University, 2004. Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805080>

CRUZ, Mariana Gomes da. **As Tensões entre Pós-Estruturalismo e Marxismo na Obra de Norman Fairclough**. Dissertação (Mestrado) – Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-12112019-163422/pt-br.php>>. Acesso 06/07/2020.

CARVALHO, Álvaro. **Viagem Sentimental a Bahia**. 1ª ed. Florianópolis, 1997.

COSTA, Hildete Santos Pita. Terreiro Tumbenci: um patrimônio afrobrasileiro em museu digital. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento Linha De Pesquisa 3.

EXÉRCITO BRASILEIRO. O EXÉRCITO BRASILEIRO NA SEGUNDA GUERRAMUNDIAL. Exército Brasileiro, 2020. Disponível: < http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_assetEntryId=1556825&_101_type=content&_101_urlTitle=o-exercito-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial&inheritRedirect=true>. Acesso 04/07/2020.

FAGUNDES, Bruno. O Que É, Como e Por Que História Pública? algumas considerações sobre indefinições. In: VIII Congresso Internacional de História, XXII Semana de História, 2017, p. 3018 - 3026, Universidade Estadual de Maringá - PR, Disponível: < <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>>. Acesso 05/07/2020.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. São Paulo: Ática, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAVRE, Grégoire Van. **Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII**. In: **Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 39, 2019. [openedition.org](https://journals.openedition.org/confins/17410). Disponível: < <https://journals.openedition.org/confins/17410>>. Acesso 06/07/2020.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

MARTINEAU, Robert. **L’Echec de l’Apprentissage de la Pensée Historique à l’École Secondaire**. Contribution à l’elaboration de fondaments didatiques pour enseigner l’Histoire. 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Université Laval. Quebec

MARTINS, Luciana de Almeida. **História Pública do Quilombo do Cabula**: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária. Tese (Doutorado) – Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25204> >. Acesso 06/07/2020.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Boitempo, 2001.

_____. **Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia**. MIA, 2002. Disponível: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/22.htm> >. Acesso 03/07/2020.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011, vol. 1.

_____. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014. vol. 2.

_____. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017. vol. 3.

_____. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MASCARENHAS, SILVA, VIANA, MARTINS e SENA. **Donos de Terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças**. In: **IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES**, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2019

MATTA, Alfredo. **História da Bahia**. Salvador: Eduneb, 2013.

_____. **Novas linguagens para a História**. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, ano 175, n.º 464, tomo 1, n. 1, p. 267-289, RJ, Brasil, 2014,

_____. **Desenvolvimento de metodologia de design socioconstrutivista para a produção do conhecimento**. In: GURGEL, Paulo; SANTOS, Wilson. (Org.). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógicas**. Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 237-258.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES "Educando para o Turismo de Base Comunitária"

MESQUITA, J. P.; MATTA, A. E. R. As Tensões do Cabulla e a Independência da Bahia: contexto para modelagem do *game* digital. In **Artefactum** (Rio de Janeiro), v. 2, p. 36, 2016.

NASCIMENTO, Íris S. Salles. **O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço de Salvador nos séculos XIX e XX.** Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

PARAISO, M. Hilda B. Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno. In **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 98, (jan-dez), 2003. IGHB. Salvador, 2004.

PLOMP; NIEVEEN; NONATO; MATTA. **Pesquisa-Aplicação em Educação, uma introdução.** São Paulo: Artesanato Educacional, 2018.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisca, MATTA, Alfredo e SÁ, Natália. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. In: **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.79-92, ago. 2016.

TAVARES, Luís Henrique Dias: **História da Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2001. P. 153 – 155.

TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º governador: Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara". In: TEIXEIRA, Cydelmo (coord.). **A Grande Salvador. Posse e Uso da Terra.** Projetos 254 Urbanísticos Integrados. Coleção projetos urbanísticos integrados. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978. Capítulo III.
_____. **Bahia: Caminhos, estradas, rodovias – notas para a história.** Salvador, 1998.

VYGOTSKY, L. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WIKIPEDIA. **Terreiro Bate Folha.** Wikipedia, 2019. Disponível: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Terreiro_do_Bate_Folha >. Acesso 04/07/2020.

WIKIPEDIA. **Ilê Axé Opô Afonjá.** Wikipedia, 2020. Disponível: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilê_Axé_Opô_Afonjá >. Acesso 04/07/2020.



X ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - X ETBCES

“Educando para o Turismo de Base Comunitária”

WIKIPEDIA. **Lista de obras de Karl Marx.** Wikipedia, 2020. Disponível: <
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista de obras de Karl Marx#Fase adulta \(1857 a 1880\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_obras_de_Karl_Marx#Fase_adulta_(1857_a_1880)) >.
Acesso 04/07/2020.

WOOD, Ellen Meiksins. Em Defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo: Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.

Fontes Manuscritas

Arquivos Histórico Ultramarino. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. 005, Cx. 191, n. 14031. Ano 1790. Lisboa.

Arquivos Histórico Ultramarino. AHU. Conselho Ultramarino. Brasil-Bahia. Cx. 149. n. 29815. Ano 1807. Lisboa.

Arquivos Histórico Ultramarino. C. A. Cx. 71, n. 13.649 – 13.650. Ano 1788. Lisboa.